



**Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Relações Internacionais**

**TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC
Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das
DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)**

Título do Trabalho: Parcerias para o Empoderamento Feminino: uma crítica aos Relatórios Anuais da ONU Mulheres (2010-2015).

Nome do(a) Estudante: Luiza de Castro Luft

Nome do(a) Orientador(a): Juliana de Paula Bigatão Puig

Ano de Depósito: 1/2021

RESUMO

Este artigo objetiva analisar, por meio de pesquisa bibliográfica e análise tipográfica e sob a perspectiva feminista interseccional, os primeiros cinco volumes dos Relatórios Anuais (*Annual Reports*) da ONU Mulheres datados dos anos de 2010 a 2015, com o propósito de entender o que é empoderamento feminino para a entidade frente à interpretação feminista acerca do tema, muito pautado nos estudos de Cecília Sardenberg e Srilatha Batliwala. Foram analisadas as seções sobre parcerias para o empoderamento das mulheres dos cinco relatórios. Para tanto, o trabalho passa pela contextualização a respeito da Organização das Nações Unidas, desde sua fundação com a Carta de São Francisco, passando por suas iniciativas para a promoção dos direitos humanos e equidade de gênero, até a criação da ONU Mulheres; sobre gênero, as definições do termo “feminismo”, sua breve historiografia pautada na metáfora das ondas, suas vertentes mais disseminadas e o empoderamento das mulheres.

PALAVRAS CHAVE: Feminismo. Empoderamento. ONU Mulheres.

ABSTRACT

This paper aims to analyze from a feminist perspective and through typographic research and documentary analysis the first five volumes of the UN Women's Annual Reports from 2010 to 2015 with the purpose of understanding what is women's empowerment for the organization opposed to the feminist interpretation of the theme, guided by the studies of Cecília Sardenberg and Srilatha Batliwala. To this end, the sections on partnerships for women's empowerment were analyzed in the five reports. Therefore, the work involves contextualization regarding the United Nations, from its foundation with the Charter of the United Nations, through its initiatives for the promotion of human rights and gender equality to the creation of UN Women; on gender, the definitions of the term “feminism”, a brief historiography based on the waves' metaphor, its mainstream theories and the empowerment of women.

Introdução

Movimentações e ensaios de mulheres acerca das diferenças sociais e políticas enfrentadas por homens e mulheres existem desde o medievo, de forma menos sistematizada, e desde o século XIX de maneira mais organizada. Porém, embora tenha-se observado diversas ondas do movimento feminista e a manifestação de diversas correntes distintas acerca do tema, foi no século XXI em que houve maior guinada de interesse das organizações internacionais e outros atores do sistema internacional pelos temas nomeadamente feministas, como a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres na sociedade em suas diversas frentes. Essa virada pode ser representada pela fundação, em 2010, da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), como centralizadora das quatro principais organizações pré-existentes das Nações Unidas voltadas para o tema, a saber, o Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher (INSTRAW, da sigla em inglês), a Divisão da ONU pelo Avanço das Mulheres, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM, também da sigla em inglês) e o Escritório da Assessora Especial para Questões de Gênero e o Avanço das Mulheres.

O presente trabalho apresenta uma análise, a partir da perspectiva feminista interseccional, os primeiros cinco volumes dos Relatórios Anuais da ONU Mulheres datados dos anos de 2010 à 2015 com o propósito de entender o que é empoderamento feminino para a entidade, tendo como referências principais os estudos de Cecília Sardenberg e Srilatha Batliwala. Além do estudo dos Relatórios Anuais, o trabalho conta com análise bibliográfica de obras, majoritariamente artigos, livros e publicações em periódicos científicos, de diversas autoras acerca das temáticas de gênero, feminismo e empoderamento.

A análise crítica dos cinco dos Relatórios Anuais da ONU Mulheres delimitou-se ao tópico referente às parcerias para o empoderamento/parcerias estratégicas estabelecidas pela entidade com governos, outras agências da ONU, organizações multilaterais, mulheres e grupos da sociedade civil, empresas do setor privado, redes de comitês e fundações internacionais, para que seja feita contraposição entre o que é inferido como empoderamento pelos relatórios e a definição de empoderamento descrita na obra de Cecília Sardenberg. Evidencia-se, no que se refere ao tema do empoderamento, que as disposições da ONU Mulheres se aproximam mais do discurso de políticos neoliberais do que da concepção feminista interseccional perante o tema, e até mesmo desconsidera, em alguns momentos, as opressões peculiares sofridas por cada mulher ou grupo de mulheres inseridas em vasta diversidade de contextos, de vivências, raça, gênero, classe e sexualidade.

A Organização das Nações Unidas e a ONU Mulheres

A movimentação das mulheres em prol da equidade de gênero tem sua gênese anterior à própria fundação da Organização das Nações Unidas. Porém, não se pode negar que a organização tem importante papel na discussão sobre a equidade de gênero, difundindo dados e promovendo debates sobre o contexto da mulher na sociedade.

Fundada em 1945 a partir da assinatura da Carta de São Francisco, a Organização das Nações Unidas (ONU) fundou-se sob quatro princípios, voltados para a manutenção da paz e segurança internacionais:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;
2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns. (ONU, 1945).

Pode-se considerar a Carta como um marco para a discussão das questões de gênero, visto que o debate deixa as esferas domésticas e as jurisdições nacionais dos Estados para ter espaço nas considerações globais por conta da inserção da pauta na agenda da Organização.

Em sua criação, a ONU estabeleceu um organismo responsável pela promoção dos direitos humanos, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Já no ano seguinte, foi criada por determinação da Resolução 11(II) do ECOSOC, a *Commission on the Status of Women (CSW)*, ou, Comissão sobre o Status das Mulheres, organismo voltado para as questões relacionadas aos direitos das mulheres. “O ECOSOC é fundamental na promoção dos direitos das mulheres, documentando a realidade da vida das mulheres em todo o mundo e, moldando os parâmetros globais de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres” (UN WOMEN, 2011, *Commission on The Status of Women*, tradução nossa)¹.

A Comissão teve notória atuação na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que consolidou o que se compreende na contemporaneidade como direitos

¹ Do original: “The CSW is instrumental in promoting women’s rights, documenting the reality of women’s lives throughout the world, and shaping global standards on gender equality and the empowerment of women.”. UN WOMEN. *Commission on the Status of Women*, 2021.

humanos, que atendam igualmente a homens e mulheres e que o indivíduo passe a ser visto tanto em sua generalidade bem como em sua especificidade (PIOVESAN, 2001). Ainda, a CSW foi a principal responsável pelo emprego de linguagem que tratasse como iguais homens e mulheres na redação da Declaração, opondo-se ao uso de expressões insensíveis ao gênero (- “*gender-insensitive language*”-), como o uso da palavra “homem” como sinônimo de “humanidade”.

Em 1972 a Assembleia Geral da ONU instituiu que o ano de 1975 seria o “Ano Internacional da Mulher” e convocou a “Conferência do Ano Internacional da Mulher”, primeira conferência mundial sobre a mulher, na Cidade do México. Entre os resultados da Conferência, tem-se a aprovação de um Plano Mundial de Ações, 35 resoluções e o estabelecimento do UNIFEM, responsável pelo suporte técnico e financeiro para programas designados para o avanço e empoderamento feminino e igualdade de gênero, atuando em três áreas-chave: redução da pobreza feminina; erradicação da violência contra mulheres; e promoção da igualdade de gênero na governança democrática em tempos de guerra e paz (GEMELLI, 2017; UM, Policy and Programme Work on International Migration by the United Nations Development Fund for Women, 2021). Além disso, a Conferência criou o INSTRAW, voltado para a promoção e execução de pesquisas sobre políticas e programas de treinamento a nível internacional para contribuir com o avanço das mulheres mundialmente, entre outros avanços. Por fim, ficou declarado que o período entre os anos 1976 e 1985 seria a “Década das Nações Unidas para as Mulheres” (*United Nations Decade for Women*), voltada para o binômio mulheres e desenvolvimento, com o objetivo de promover igualdade de direitos e oportunidades para mulheres ao redor do globo (GEMELLI, 2018).

Outro fato histórico importante aconteceu em 1994 quando a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, por meio da resolução 48/104 (A/RES/48/104) a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Preocupada a violência contra as mulheres é um obstáculo para a conquista da igualdade, desenvolvimento e paz [...].

Afirmando que a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos e liberdades individuais das mulheres e prejudica o seu gozo desses direitos e liberdades, e preocupada com a falha duradoura em proteger e promover esses direitos e liberdades no caso de violência contra as mulheres,

Reconhecendo que a violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, que levaram à dominação sobre e a discriminação contra mulheres por homens e à prevenção do progresso completo das mulheres, e que a violência contra as mulheres é um dos mecanismos sociais cruciais pelos quais as mulheres são forçadas a uma posição subordinada em comparação aos homens [...]

Proclama solenemente a seguinte Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres e incita que todos esforços sejam feitos de modo que se torne amplamente conhecida e respeitada. (ONU, 1994, tradução nossa)²

Em 2010 foi fundada a ONU Mulheres, estabelecida pela resolução A/RES/64/289 da Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 2 de julho de 2010, mesmo ano que se comemorou o centenário da criação do Dia Internacional da Mulher. Ao iniciar seu funcionamento no dia primeiro do ano de 2011, a ONU Mulheres assinalou um comprometimento sem precedentes, ao menos no discurso e documentos, por parte dos Estados membros da ONU em ampliar o apoio ao empoderamento feminino e à equidade de gênero. Sua criação se pautou na fusão de quatro organizações pré-existentes na ONU dedicadas à equidade de gênero: o INSTRAW, a Divisão da ONU pelo Avanço das Mulheres, o UNIFEM e o Escritório da Assessora Especial para Questões de Gênero e o Avanço das Mulheres.

A criação desta nova entidade fundamentou-se na perspectiva de que recursos, mandatos e experiência combinados teriam maior impacto e promoveriam ações mais ágeis em prol do empoderamento feminino.

Por meio de parcerias com a sociedade civil, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, universidades, empresas e o sistema das Nações Unidas, a ONU Mulheres defende os compromissos internacionais assumidos pelos Estados-Membros da ONU com os direitos humanos das mulheres, tais como: Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw, 1979) (...); Declaração e Programa de Ação da 2ª Conferência Internacional de Direitos Humanos (Viena, 1993) (...); Declaração e Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) (...); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará, 1994) (...); Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995) (...); Declaração e Plano de Ação de Durban (2001) (...); Declaração dos Povos Indígenas (2007) (...). (ONU Mulheres, 2011).

O apoio às deliberações dos membros das Nações Unidas em nível global para possibilitar a igualdade entre gêneros; a liderança e coordenação de esforços ao longo do sistema ONU para o avanço da igualdade de gênero; e o auxílio a países para que se possa realizar a transformação dos padrões internacionais em realidade neste quesito são as três principais funções da ONU Mulheres.

² Do original: “Concerned that violence against women is an obstacle to the achievement of equality, development and peace [...]. Affirming that violence against women constitutes a violation of the rights and fundamental freedoms of women and impairs nullifies their enjoyment of those rights and freedoms, and concerned about the long-casting failure to protect and promote those rights and freedoms in the case of violence against women, Recognizing that violence against women is a manifestation of historically unequal power relations between men and women, which have led to domination over and discrimination against women by men and to the prevention of the full advancement of women, and that violence against women is one of the crucial social mechanisms by which women are forced into a subordinate position compared with men [...] Solemnly proclaims the following Declaration on the Elimination of Violence against Women and urges that every effort be made so that it becomes generally known and respected”. United Nations Organization (UN). A/RES/48/104. 1994.

A assistência prestada aos Estados apresenta em seu cerne cinco questões prioritárias: empoderamento econômico, segurança em zonas de conflito, liderança política, proteção contra a violência, e acesso aos serviços públicos, todos voltados para as mulheres e meninas. A organização conta, além da sua sede, com seis escritórios regionais – África, Américas e Caribe, Estados Árabes/Norte Africano, Ásia e Pacífico, Europa e Ásia Central – e escritórios de ligação.

Gênero, Feminismo e Empoderamento

No âmbito antropológico, é notório o avanço nas problematizações acerca das relações e diferenças entre mulheres e homens. Tais problematizações não eram o escopo de estudo de Lewis Morgan e Lévi-Strauss, antropólogos clássicos que, sem a preocupação em problematizar tais questões, se detiveram a observar e descrever comportamentos de homens e mulheres, o que acarretou em um viés etnocêntrico e sexista de suas análises no que concernem os papéis sociais por eles desempenhados. O problema encontrado em tais estudos é o modo como as mulheres foram representadas, a integridade feminina foi domesticada, a mulher acaba por ser considerada um sujeito subordinado. Para os autores, devido ao controle masculino da informação, as mulheres seriam parte de *mute groups*, levando a crer que as desigualdades teriam sua origem nas diferenças de gênero e o resultado seria a subordinação natural feminina (ZIRBEL, 2021).

Notam-se, porém, algumas exceções no íntimo do pensamento clássico antropológico que merecem destaque: Bronislaw Malinowski, Gregory Bateson e Margareth Mead, considerados precursores do desenvolvimento de temas como a sexualidade e a construção do feminino e masculino, esta tendo notoriedade no pensamento feminista da atualidade (ZIRBEL, 2021).

Entre as décadas de 1930 e 1940 tem-se uma extensa descontinuidade de estudos de gênero. É durante a década de 1970 que se pode perceber uma dilatação do assunto dentro da coletividade antropológica, tendo seu início atribuído a resposta ao desafio imposto pelo movimento feminista coexistente e se consolidando por sua colaboração à ciência. Inseridas em tal paradigma diversas autoras – e alguns autores – se viram em uma posição que as colocava diante de esforços para repensar argumentos dos paradigmas tradicionais em busca de respostas para os novos questionamentos (AGUIAR, 1997).

Atualmente, o gênero relaciona-se com diversas áreas das ciências. Antropologicamente, a questão de gênero deve ser criada pela própria cultura em questão, a respeito das divergências sexuais anatômicas, da criação simbólica do sexo e do modelo de

feminino e masculino. Já nas relações psicossociais, o gênero se apresenta por um modo de organização de modelos, os quais são transmitidos aos indivíduos e que serão o meio com o qual vão se estabelecer as relações entre os sexos e as estruturas sociais. Psicologicamente, gênero pode ser relacionado ao sentimento de pertencimento, sendo então a identidade de gênero que designa o modo que o indivíduo viverá, correspondendo aos ideais sociais e históricos construídos e atribuídos ao gênero em questão (AGUIAR, 1997; CESARES, 2006).

Portanto, pode-se estabelecer que gênero é um termo complexo e se designa de diversas formas dependendo da origem do estudo. Mas é possível afirmar que este deve ser considerado com propriedade tanto cultural, ou seja, no sentido da cultura em questão formular seus próprios desígnios de gênero, quanto individual, no que corresponde a identificação do indivíduo com o gênero. Sendo que em ambos, essas especificidades estabelecerão as relações e as estruturas sociais (AGUIAR, 1997; CESARES, 2006).

Quando falamos em gênero na história, podemos dizer que vivemos em um contexto de sociedade patriarcal, no qual pessoas identificadas pelo gênero masculino estão no centro das tomadas de decisão e de poder, enquanto as pessoas do gênero feminino estariam em um cenário de opressão. Em grandes linhas, feminismo é um movimento social e político, composto por uma multiplicidade de discursos e teorias, com diferentes entendimentos sobre a origem da opressão feminina e o caminho a ser seguido para acabar com a mesma, buscando a equidade entre os gêneros através de mudanças sociais (NARVAZ; KOLLER, 2006; VARELA, 2008; OSBORNE, 2009; TAVARES; MAGALHÃES, 2014).

Não há uma única definição para o termo *feminismo*. Para o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, feminismo é “1. Movimento daqueles que preconizam a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher, ou a equiparação dos seus direitos aos do homem”³. A esta definição cabe a crítica similar a feita pela autora Nuria Varela em seu livro “*Feminismo para Principiantes*” quando critica a definição de feminismo da Real Academia Espanhola, de que tais definições partem do pressuposto errôneo de que os homens são ou o modelo a ser igualado ou o neutro que possa utilizar como sinônimo de pessoa. Pelo contrário, como colocado pela autora, a base pela qual todas as teorias feministas foram e continuam sendo construídas é exatamente a de que as mulheres são protagonistas e agentes de mudança de suas próprias vidas (VARELA, 2008).

³ FEMINISMO. In: Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2010.

Sobre a ideia errônea de que os homens são sujeitos de um modelo a ser seguido, Narvaz e Koller (2006) trazem uma série de autoras que não apenas corroboram, mas acabam extrapolando a afirmativa posta por Varela.

O feminismo é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes (Fraisse, 1995; Jones, 1994; Louro, 1999; Scott, 1986). As feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. Elas demonstraram, ainda, que o poder foi - e ainda é - predominantemente masculino, e seu objetivo original foi a dominação das mulheres, especialmente de seus corpos (Butler, 2003; Millet, 1970; Pateman, 1993). Segundo Costa e Schmidt (2004, p. 10), "no bojo do projeto do feminismo (histórica e conjunturalmente forjado a partir das lutas sociais) está o entrelaçamento entre teoria e prática política". O feminismo é, portanto, um campo político (Scott, 1986; Toledo, 2003), tanto quanto teórico-epistemológico (Eichler, 1988; Harding, 1986, 1987; Keller, 1985, 1996; Wilkinson, 1986, 1998), embora tenha assumido variadas tendências. (NARVAZ; KOLER, 2006, pp. 648-649).

Para a escritora Victoria Sau, a própria definição de feminismo traria em si o motivo para a existência de múltiplas definições para o termo. No "*Diccionario Ideológico Feminista: Volumen I*", escreve: "Feminismo. Ocupadas em *fazer feminismo*, as mulheres feministas não se preocuparam muito em defini-lo" (SAU, 1981, p. 121, tradução nossa)⁴. Porém, é ela quem traz uma das definições mais aceitas do termo:

O feminismo é um movimento social e político que se inicia formalmente no final do século XVIII - embora sem ainda adotar esta denominação - e que supõe a consciência das mulheres como grupo ou coletivo humano, da opressão, dominação e exploração a que foram e são objeto por parte do coletivo de homens, no seio do patriarcado, em suas diferentes fases históricas de modelo de produção, o qual as move à ação para a liberação de seu sexo, com todas as transformações da sociedade que aquela requer. (SAU, 1981, pp. 121-122, tradução nossa)⁵.

Se analisarmos a descrição de Sau (1981), é possível perceber que os principais conceitos trazidos nesta definição são o fato de o feminismo ser um movimento organizado, que se origina da discriminação existente contra o gênero feminino, situado dentro de um contexto de sociedade patriarcal, que a emancipação feminina envolve transformação social e que o Iluminismo seria seu ponto de partida.

⁴ Do original: "Feminismo. Atareadas en *hacer feminismo*, las mujeres feministas no se han preocupado demasiado en definirlo".

SAU, Victoria. *Diccionario Ideológico Feminista: volumen I*. Barcelona: Icaria, 1981.

⁵ Do original: "El feminismo es un movimiento social y político que se inicia formalmente a finales del siglo XVIII - aunque sin adoptar todavía esta denominación - y que supone la toma de conciencia de las mujeres como grupo o colectivo humano, de la opresión, dominación, y explotación de que han sido y son objeto por parte del colectivo de varones en el seno del patriarcado bajo sus distintas fases históricas de modelo de producción, lo cual las mueve a la acción para la liberación de su sexo con todas las transformaciones de la sociedad que aquélla requiera".

Ibid.

Ainda de maneira complementar, em entrevista a autora Simone de Beauvoir definiu feminismo como “modo de viver individualmente e lutar coletivamente”, destacando o papel da individualidade da mulher no feminismo (MARQUES, 2015).

Ainda que Sau (1981) sinalize que o feminismo se inicie formalmente no final do século XVIII, Cabral e Macedo escrevem a respeito da data em que o feminismo surge na história:

Não é possível e nem interessante datar historicamente quando surge o feminismo. No entanto, poderíamos dizer que ações atualmente entendidas como femininas sempre existiram, a partir do momento que qualquer mulher se contrapôs a uma situação concreta, particular ou não, de opressão social pelo simples fato de ser mulher, mas o momento histórico em que isso ocorreu não é possível determinar e acreditamos até que esse não seja o ponto crucial para uma abordagem feminista sobre a história de lutas das sujeitas excluídas pelo patriarcado. (CABRAL; MACEDO, 2020, p. 114).

O termo mais usado para detalhar a periodicidade, as mudanças e as diferentes características do movimento feminista ao longo do tempo é, embora cheia de controvérsias, a metáfora das ondas, em que o feminismo haveria tido três principais ondas e, sob algumas perspectivas, estaria caminhando para a quarta. Estas ondas avançam de acordo com o processo socio-histórico e trazem em si posicionamentos, paradigmas e concepções ontológicas distintas (RIBEIRO et al., 2021).

Ainda que não se tenha na historiografia um marco inicial do feminismo e se saiba da existência - ainda que a história oficial a negligencie - de obras acerca dos direitos das mulheres que datam desde o Medievo, é importante retomarmos os discursos de três mulheres que, durante o período iluminista, desempenharam importante papel para a construção da teoria filosófica, política e jurídica que conhecemos como a teoria feminista (CABRAL; MACEDO, 2020).

Marie Gournay (1565 – 1645) defendeu a igualdade entre homens e mulheres, principalmente em relação à educação, demonstrando que se recebessem a mesma educação, a igualdade se realizaria mais facilmente.

Olympe de Gouges (1748 - 1793) (...). Morreu por ter escrito a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” em oposição à “Declaração do Homem e do Cidadão”, construída por homens dentro de suas perspectivas limitadas e limitantes.

A obra de Mary Wollstonecraft (1759 – 1795), “A Reivindicação dos Direitos das Mulheres” (1792:2016), também marca o cenário político feminista da época, ao apresentar não apenas as reivindicações por esses direitos, mas atestações quanto aos discursos machistas de sua época (...). (CABRAL; MACEDO, 2020, p. 115).

Além das contradições existentes em torno da metáfora das ondas em si, existem críticas acerca de sua periodização pois a análise do período de cada e suas principais reivindicações está sujeita ao contexto social e geográfico em que ocorre (HEMMINGS, 2009).

O termo “onda feminista” remonta a 1968, quando Martha Weinman Lear escreveu no *The New York Times* um artigo intitulado “A Segunda Onda Feminista”⁶, em que a autora se referia ao movimento que se deu entre o final do século XIX e início do século XX de luta feminina pelo direito de votar como uma espécie de onda do feminismo e antecipa que outra estava por vir. A consolidação dessa metáfora para se referir à luta das mulheres aconteceu décadas após a publicação do artigo de Lear, em 1992, quando Rebecca Walker publicou seu ensaio “Tornando-se a Terceira Onda”⁷, em que sustentava que as lutas feministas não se encerrariam tão cedo e afirmava seu comprometimento em continuá-las (ZIRBEL, 2021).

Há algumas ressalvas que devem ser feitas a respeito das ondas feministas. 1) A priori, a narrativa a respeito das ondas lançou luz a feitos e reivindicações de feministas brancas, de classe média, estadunidenses, inglesas ou francesas, o que acabou as privilegiando e ocultando, por exemplo, a forte atuação nessas lutas de mulheres negras e operárias dentro e fora desses países, e, portanto, quando o movimento feminista é analisado através das ondas, não se dá conta de todas as realidades, ainda mais quando é retomado o ponto sobre a historiografia do movimento feminista (ZIRBEL, 2021; RIBEIRO et al., 2021); 2) A metáfora das ondas, por muito tempo, foi utilizada para dar visibilidade a momentos históricos ou pautas específicas, ou seja, ao ponto de maior força de cada onda, ou seu ápice. Porém, assim como as ondas marinhas, as ondas feministas deveriam ser encaradas mais como algo orgânico e contínuo, formado pela ação de diversas mulheres - em quantidade e multiplicidade de etnias, idades, localidades e ideologias - e por um conjunto de fenômenos e não por um fato isolado que irrompe e depois desaparece na sociedade (ZIRBEL, 2021); 3) “[...] os períodos e as características gerais de cada onda podem variar entre os diferentes países (...) Os EUA geralmente são tomados como o parâmetro principal para esse tipo de historicização em outros países.” (PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 4).

Feitas essas ressalvas, vale tecer um paralelo entre a periodização das ondas feministas no *mainstream*, que conforme colocado por Perez e Ricoldi (2019), são baseadas principalmente nos movimentos observados nos Estados Unidos e as ondas observadas no Brasil.

A primeira onda feminista é, dentre as três, a que podemos considerar que exista algum grau de uniformização do período em que ocorre em diversos países (PEREZ; RICOLDI, 2019), em que se adota para sua análise o período entre meados do século XIX, em que se observam

⁶ Do original: “The Second Feminist Wave”

⁷ Do original: “Becoming the Third Wave”

algumas manifestações e escritos a respeito da igualdade, e o início do século XX, momento em que há um acirramento dos protestos públicos. Essa onda é caracterizada, de maneira generalista, pela promoção dos direitos jurídicos e políticos da mulher e especificamente pelo movimento sufragista feminino em que os levantes foram feitos por mulheres bem instruídas e de classe alta. O direito ao voto foi conquistado, por exemplo, no Reino Unido entre os anos de 1918-1928, nos Estados Unidos em 1920 e no Brasil em 1932 (PINTO, 2003). Enquanto na América Latina como um todo o processo tenha se estendido entre os países durante os anos de 1927 em que as mulheres do Uruguai conquistaram este direito e 1961 em que o mesmo ocorreu no Uruguai. (PINTO, 2003).

Segundo Céli Pinto (2003), é no início do século XX que se observou no Brasil certo grau de organização e escala coletiva do movimento feminista, com a edição de considerável número de periódicos em que se discutiam, além do sufrágio feminino, a educação igualitária e o direito igualitário. Assim como em demais países, essas pautas eram lideradas por mulheres educadas e da elite nacional, mas que se estendia a mulheres de classe média urbana, que ocupavam postos de trabalho nas cidades e se educavam. Surgia em território nacional, uma vertente de feminismo anarquista, trazida por imigrantes italianas. Nesse primeiro momento, havia menor questionamento acerca da divisão dos papéis de gênero, podendo ser considerado mais conservador por este motivo (COSTA, 2005).

A onda seguinte aconteceu na segunda metade do século XX, por volta dos anos 1960, dando sequência aos movimentos por direitos civis e contracultura. Nas searas teórica e acadêmica, se tem a influência da obra “O Segundo Sexo” (1949) de Simone de Beauvoir, a inauguração dos primeiros estudos de gênero e dos Estudos das Mulheres⁸ (ADELMAN, 2009).

No Brasil, diferentemente do contexto sócio-político de países como França e Estados Unidos em que esse segundo movimento se dá em meio a contestação política e cultural, a segunda onda ocorreu em meados dos anos 1970, em meio à ditadura militar. Assim como demais movimentos sociais que se observavam na época, uma das principais questões tratadas pelos movimentos feministas dizia respeito à autonomia. Importante levar em conta o fato de que a escolha do ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, que favoreceu discussões públicas que, no geral, eram proibidas no contexto da ditadura (PEREZ; RICOLDI, 2019). Embora as questões da mulher não fossem consideradas possivelmente subversivas ou até mesmo assuntos políticos (ALVAREZ, 1990). Diferente da primeira onda, a segunda era

⁸ Do original: “Women’s Studies”

composta em sua maioria por estudantes universitárias, acadêmicas e militantes políticas exiladas (PINTO, 2003).

Ao final do século XX, em 1990, é observado o início da terceira onda, que traz em si várias questões da onda anterior. Nos EUA a nova onda é destacada pelo surgimento da ideia de interseccionalidade (PEREZ; RICOLDI, 2019).

(...)interseccionalidade permite que fatores vistos como isolados, ou por vezes tratados como oriundo de uma única subordinação, passem a ser vistos pelo que realmente são: um cruzamento de opressões que, embora sejam distintas, não devem ser analisadas de forma isoladas. De acordo com a autora supracitada, o conceito “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação”. (CRENSHAW, Kimberlé, 2002, p. 172 apud FIGUEIREDO; MARTINS, 2020, p. 338).

Outra característica importante da terceira onda estadunidense é, além do manifesto de Rebecca Walker, a incorporação das ideias pós-estruturalistas da sexualidade pela esfera de gênero, tendo como referência a autora Judith Butler (SANTOS, 2016; HEILBORN, 2016 apud PEREZ; RICOLDI, 2019).

Na cena brasileira e na América Latina, a terceira onda também transcorreu nos anos 1990. Nesse período, o contexto social era caracterizado pelo aumento da terceirização e multiplicação de organizações não-governamentais (ONGs) e, muito influenciado pelo crescimento de organizações de mulheres e organizações feministas, esse movimento foi percebido por alguns como a institucionalização do movimento (ALVAREZ, 2014). Este período foi marcado pela relação estatal com os movimentos via financiamento e/ou por sua participação tanto na elaboração quanto na elaboração de políticas públicas (ALVAREZ, 2014; MATOS, 2014 apud PEREZ; RICOLDI, 2019). Um dos marcos da terceira onda no Brasil é a tenda das mulheres, batizada de Planeta Fêmea, no Fórum Global, que acontecia de modo paralelo à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO 1992 (Associação Mulheres pela Paz, 2012), considerada o catalisador para a eclosão de ONGs feministas no país, alinhadas com as agendas de gênero internacionais. A terceira onda é composta em sua grande parte por profissionais capacitadas empregadas na máquina estatal ou nas ONGs.

Há ainda autores que defendem a existência de uma quarta onda em curso e em elaboração, cujas características que já se observam com certa regularidade como o ativismo amplamente digital, marcado pelo amplo uso das redes sociais e da tecnologia para abordar a discussão sobre corpo e identidade, voltados para questões como a transexualidade e a gordofobia, e novos ativismos acerca da violência em questões como estupros coletivos e assédio sexual em transportes públicos (SOLEE, 2015).

Na cena nacional e latino-americana, que a quarta onda seria caracterizada pela institucionalização das ONGs, das redes feministas e até mesmo das demandas do feminismo e das mulheres e também pela possibilidade da luta transnacional (ou pós-nacional) (MATOS, 2014). E em consonância com o que é observado internacionalmente, a nova onda teria o uso dos meios de comunicação digitais, a adoção das cisões sociais relacionadas ao gênero na luta feminista e, ainda, a disseminação da ideia que apareceu fortemente na terceira onda feminista internacional de feminismo interseccional (PEREZ; RICOLDI, 2019).

Ainda, além da divisão da historiografia do movimento feminista em diferentes ondas, o movimento feminista é composto por diferentes vertentes, com base nas diferentes visões que se tem a respeito do caminho para se alcançar a equiparação de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres na sociedade. Dentre as múltiplas perspectivas do feminismo, podemos identificar como vertentes do *mainstream* o feminismo liberal, feminismo marxista/socialista, feminismo radical, feminismo negro e feminismo interseccional.

A vertente feminista liberal (ou igualitário) tem como referências autoras como Mary Wollstonecraft e Betty Friedan. O feminismo liberal está diretamente relacionado à primeira onda feminista, que surgiu pela aplicação de princípios do liberalismo político à realidade de desigualdade vivida pelas mulheres. Está implícito em suas reivindicações ideais como a emancipação, a autonomia individual e a igualdade. Feministas liberais acreditam que a equidade de gênero só pode ser atingida por meio de reformas políticas, legislativas e econômicas em que as mulheres seriam inseridas nas instituições (ÁLVARES, 2005).

Eivada da ideia de que a consignação dos direitos nas leis poderia trazer a mudança na situação das mulheres, esta corrente foi determinante para a decisão das Nações Unidas de proclamar, em 1975, o Ano Internacional da Mulher e a Década da Mulher em 1975/1985, assim como a realização das conferências mundiais sobre Direitos das Mulheres: México (1975), Copenhaga (1980), Nairobi (1985) e Pequim (1995). Os direitos das mulheres foram proclamados pela primeira vez como direitos humanos na Conferência de Viena (1993). A esta corrente se devem os diversos instrumentos institucionais como a Plataforma de Ação de Pequim, a CEDAW (Conferência para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres), entre outros. (TAVARES; MAGALHÃES, 2014, p. 96).

O feminismo radical se estrutura sob a ideia de que a desigualdade social teria sua origem no patriarcado, sistema em que as mulheres seriam oprimidas pela dominação masculina e que tal dominação perpassaria a esfera pública, atingindo a esfera privada e até mesmo as relações interpessoais. Ainda, a ideia de opressão pela dominação da mulher não estaria atrelada a um sistema de governo, sendo anterior ao capitalismo e, sem que houvesse rompimento desta dominação, teriam continuidade no próprio socialismo (TAVARES; MAGALHÃES, 2014).

Simone de Beauvoir, reconhecida como a precursora do Feminismo Radical, orientou a ação feminista na França, a partir dos anos 50, para as questões da sexualidade e da família. Em o “Segundo Sexo”, esta autora analisa o conflito entre a liberdade e a

autonomia da mulher enquanto sujeito, e a sua condição de alteridade enquanto mulher, salientando os fatores sociais, políticos e históricos que contribuem para a construção da feminilidade, formando uma rede de relações de poder que estruturam a família e a sexualidade. (SILVA, 2008, p. 6).

As suas formas de organização das feministas radicais

[...] baseavam-se em grupos de tomada de consciência (2), partilha de experiências, não hierarquização, preferência de ação direta em vez de *lobbies* políticos. Na ação política existia uma componente cultural muito forte que se evidencia, ainda hoje, pro formas artísticas (*performances* e instalações), desconstruindo o estereótipo da “feminilidade enfatizada” (3), substituindo-o pela diversidade de modos de ser mulher, incluindo o direito a ser lésbica. Na procura destas novas formas não reprodutoras dos modelos masculinos hegemônicos, afirmam “um feminismo da diferença”, colocando em causa que a igualdade por si só fosse suficiente para combater a opressão das mulheres. (TAVARES; MAGALHÃES, 2014, p. 97).

Segundo Engles (1884, [1980] apud TAVARES; MAGALHÃES, 2014), a primeira derrota das mulheres teria ocorrido a partir da transmissão da propriedade privada pelos homens, em que haveria sido determinado o casamento monogâmico, originando a perda de papel social. O feminismo marxista nasce com as primeiras críticas ao feminismo liberal. De modo contrário ao proposto pelas feministas radicais, para as marxistas/socialistas a origem da opressão da mulher teria sua origem na exploração da mulher no mercado de trabalho. E, a emancipação da mulher nos âmbitos social, político e econômico somente seria possível através da alteração da base material e da superestrutura social, sendo um novo regime político condição necessária para isso.

O contributo de algumas historiadoras femininas marxistas, como Sheila Rowbotham com a obra *Women, Resistance and Revolution* (1972), mostraram que as mulheres dos grupos sociais desprivilegiados sempre estiveram ligadas ao trabalho produtivo em todas as épocas, trabalho este invisibilizado em muitos momentos históricos. A autora também defendia que era necessário ter em conta tanto as relações sociais de produção quanto as de reprodução. (TAVARES; MAGALHÃES, 2014, p. 99).

Nesse sentido também, feministas marxistas denunciavam que o acúmulo de jornadas de duplas ou triplas tarefas das mulheres seriam impeditivo para o alcance de maior autonomia tanto pessoal, quanto social e política em um contexto de sistema patriarcal-capitalista.

A respeito do movimento feminista negro, Halina Leal discorre:

As feministas negras apontam para o fato de que os Movimentos Feministas e os Movimentos Negros falharam e ainda falham ao negligenciar as peculiaridades das necessidades das mulheres negras. (...) O Feminismo Negro ressalta, assim, que, neste contexto, as questões de raça e suas dificuldades associam-se unicamente ao ser homem negro, e as questões de gênero unicamente ao ser mulher branca. As experiências das mulheres negras não se inserem nem no ser mulher nem no ser negro. Seja nas discussões teóricas, seja nas vivências do dia a dia, a mulher negra experiencia o não lugar. (...) Deste não lugar ou – como afirma Kilomba, a partir de Heidi Safia Mirza (*Black British Feminism*, 1997) – deste espaço vazio que se sobrepõe às margens da raça e do gênero, denominado de “terceiro espaço”, as mulheres negras habitam uma espécie de vácuo de apagamento e de contradição, que se sustenta pela polarização entre mulheres de um lado e negros de outro, com as mulheres negras no meio. (LEAL, 2020, p. 16-17).

Ainda, narrativas separadas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos (KILOMBA, 2019 apud LEAL, 2020). E, dessa forma, para as mulheres negras, seria impossível compreender gênero e opressão racial distintamente, dado que tal separação ampliaria a invisibilidade das necessidades das mulheres negras e das diferenças dessas necessidades quando contrapostas às necessidades de mulheres brancas e de homens negros. Dessa maneira, pode-se assumir que o feminismo negro tem a noção de interseccionalidade na base de seu pensamento e que as opressões sofridas pelas mulheres negras são resultado do cruzamento entre as opressões de gênero e de raça (LEAL, 2020).

As feministas negras articulam o Feminismo Negro como um movimento não essencialista que questiona a ideia de uma epistemologia universalista (...) A epistemologia do movimento feminista negro envolve a valorização das experiências de vida e de visões de mundo das mulheres afrodescendentes. (...) ressalta a interação entre teoria e vivência, a centralidade analítica das experiências e ideias das mulheres negras, a criatividade intelectual e a exigência de que o pensamento implique ações, assim como ações impliquem pensamentos. (...) Assim, o objetivo do Feminismo Negro é o desenvolvimento do empoderamento das mulheres negras, tendo em vista o que Collins denomina de justiça social ou o que Davis salienta como modificação das estruturas sociais. Este empoderamento não é direcionado pura e simplesmente para conquistas individuais, mas às coletividades de mulheres negras [...]. (LEAL, 2020, pp. 20-21).

Interseccionalidade é um termo cunhado por Kimberlé Crenshaw, defensora dos direitos civis e jurista estadunidense em um contexto de crítica a legislação de antidiscriminação dos EUA (LEAL, 2020).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

“A autora ensina que as desigualdades relacionadas à classe, gênero ou raça não são simplesmente possíveis de hierarquização: é a interação dessas categorias que atuam na produção e manutenção das desigualdades.” (PEREZ e RICOLDI, 2019, p. 12).

O feminismo interseccional, então, entende que para além do feminismo branco, educado e de classe média, é necessário que se perceba a diversidade de contextos e de vivências das mulheres, conciliando elementos como raça, gênero, classe, sexualidade, etc. e que se tenha diversificação do próprio feminismo e não mais “a mulher (...) como uma categoria unitária ou um sujeito político unívoco.” (RIBEIRO, 2018, p. 89).

Para tratar sobre o conceito de empoderamento das mulheres nas perspectivas feministas, será retomado o estudo de Cecília Sardenberg (2006), quem busca tecer um quadro teórico-metodológico acerca do tema.

Primeiro, sobre o conceito do termo *empoderamento*

[...] apesar das origens “radicais” do conceito de empoderamento - ele surgiu da “práxis” para a “teoria”, sendo utilizado primeiro por ativistas feministas e por movimentos de base para depois se tornar objeto de teorização (AITHAL, 1999) – a problematização dessa práxis seguiu dois caminhos bastante distintos. Por um lado, o conceito foi levado para a academia, ganhando espaço nas perspectivas feministas sobre “poder” (ALLEN, 2005), enquanto, por outro, foi apropriado nos discursos sobre “desenvolvimento”, perdendo, nesse processo, muito das suas conotações mais radicais e, assim, sendo visto com desconfiança por feministas não familiarizadas com suas origens radicais (AITHAL, 1999). (SARDENBERG, 2006, p. 1).

A desconfiança supracitada é fundada na disseminação do termo de forma indiscriminada, de modo que o significado tem sido moldado de acordo com a sua intenção e contexto de uso. Como exemplificado por Sardenberg, organizações internacionais e até mesmo políticos neoliberais como W. Bush. Ela explica que a divergência, porém, não se finda na esfera teórico-metodológica, mas se alastra até a esfera política.

Para muitas dessas agências e órgãos (ou como na fala de Bush), o empoderamento das mulheres é visto como um instrumento para o desenvolvimento, para a democracia, para erradicar a pobreza, etc. Não é um fim em si próprio.

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal (...) o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”. (SARDENBERG, 2006, p. 2).

Outra divergência levantada pela autora diz respeito à ênfase dada aos aspectos individuais no conceito de empoderamento.

Um outro ponto de divergência que se relaciona a esse, está na ênfase colocada nas conceituações de empoderamento, nos discursos sobre desenvolvimento, nos aspectos individuais desse processo, principalmente nos aspectos cognitivos, enquanto nós feministas temos realçado a questão das ações coletivas (...) se esse tipo de empoderamento individual não se relaciona com ações coletivas, pode ser ilusório, vez que o empoderamento inclui tanto a mudança individual quanto as ações coletivas. (Ibid, p. 3).

Porém, existem também divergências a respeito do que viria a ser empoderamento sob a perspectiva de cada uma das vertentes feministas. Há, no entanto, alguns pontos tidos como consenso sobre alguns pontos.

- a) para se “empoderar” alguém ter que ser antes “desempoderado” - ex. as mulheres enquanto um grupo;
- b) ninguém “empodera” outrem –isto é, trata-se de um ato auto-reflexivo de “empoderar-se”, ou seja, a si própria (pode-se, porém “facilitar” o desencadear desse processo, pode-se criar as condições para tanto);
- c) empoderamento tem a ver com a questão da construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso em relação às nossas vidas, de leva-las a termo e, portanto, de assumir controle sobre nossas vidas;
- d) empoderamento é um processo, não um simples produto. Não existe um estágio de empoderamento absoluto. As pessoas são empoderadas, ou desempoderadas em relação a outros, ou então, em relação a si próprias anteriormente. (MOSEDALE, 2005, p. 243-244 apud SARDENBERG, 2006 p. 3-4, tradução da autora).

Outro ponto de consonância entre os feminismos, é o de que a ideia de poder é central ao empoderamento, mas pensando-o de maneiras diferentes.

- a) poder sobre – como no caso de A tem poder sobre B, referindo-se à dominação, subordinação, dominação/resistência;
- b) poder de dentro - que se refere à auto-estima, auto-confiança;
- c) poder para - em relação à capacidade para fazer algo; trata-se do poder que alarga os horizontes do que pode ser conquistado por uma pessoa, sem necessariamente estreitar, invadir, os limites de outras pessoas (ex., aprender a ler);
- d) poder com - o poder solidário, que se compartilha numa ação coletiva. (MOSEDALE, 2005, p. 249 apud SARDENBERG, 2006 p. 4, tradução da autora).

Poder é, para Batliwala, exatamente a característica mais notável do termo empoderamento. Para ela poder se trata do “controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideologia” (BATLIWALA, 1994, p.129). Recursos e ideologia, em seu entendimento seriam:

Recursos materiais – incluem recursos físicos, humanos, financeiros, tais como: terra, água, corpos, mão de obra, dinheiro, acesso à dinheiro, crédito; Recursos Intelectuais - conhecimento, informação, idéias ; Ideologia – capacidade de gerar, propagar, sustentar e institucionalizar determinadas quadros de crenças, normas, valores, atitudes e comportamentos – ou seja, praticamente controlando cõo as pessoas se percebem e agem dentro de determinados contextos socioeconômicos e políticos (BATLIWALA, 1994, p.125).

Para a autora, esses recursos seriam controlados, na maior parte do tempo, pelos homens. E empoderamento, portanto, seria o processo de se questionar relações de poder e ideologias.

Nesse sentido, empoderamento é, simultaneamente, processo e o resultado desse processo, sendo que, no caso das mulheres, esse processo tem como objetivos: (1) questionar a ideologia patriarcal; (2) transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero as desigualdades sociais; e (3) criar as condições para que as mulheres pobres possam ter acesso – e controle sobre – recursos materiais e informacionais. (SARDENBERG, 2006, p. 6).

Relatórios Anuais da ONU Mulheres (2010-2015)

Desde sua fundação, a ONU Mulheres desenvolve relatórios anuais em que são documentadas algumas das principais iniciativas da organização ao longo do ano, fornece, de maneira resumida, os demonstrativos financeiros da organização e traz uma lista de seus novos projetos e programas.

Os relatórios seguem o padrão de serem nomeados de acordo com o período a que se referem e são publicados no ano subsequente, por exemplo, o Relatório Anual 2010-2011⁹ refere-se ao período entre os anos de 2010 e 2011 e foi disponibilizado no ano de 2012. Os analisados tendem a manter um padrão mínimo de similaridade quanto a apresentação de seus conteúdos.

⁹ Do original: “Annual Report 2010-2011”.

O desenvolvimento do documento é iniciado pelo prólogo, com a fala de uma ou mais figuras importantes para a entidade, via de regra da Diretora Executiva da ONU Mulheres, a exceção a essa regra é o relatório de 2012-2013 no qual não há tal seção. A seguir, tem-se o (os) tópico sobre padrões globais de equidade de gênero. Nesse caso a exceção é do primeiro relatório, de 2010-2011 em que se tem outros dois tópicos além deste, antes de que fossem endereçadas as Áreas Prioritárias de Intervenção¹⁰.

Tais Áreas Prioritárias de Intervenção tem diferentes nomenclaturas ao longo dos relatórios analisados, mas sua divisão se dá em grandes linhas entre liderança e participação política das mulheres; empoderamento econômico feminino; eliminação da violência contra mulheres e meninas; participação das mulheres na construção da paz; planejamento e orçamento sob perspectiva de gênero. Há dois relatórios que apresentam outros tópicos além destes, o de 2011-2012, que conta com o tópico de parcerias para o empoderamento e no de 2014-2015, em que há a adição da seção sobre necessidades humanitárias das mulheres.

Dando sequência ao relatório, observam-se que não são alteradas as seções que tratam a respeito da construção de parcerias para o empoderamento/parcerias estratégicas (que conforme citado, no segundo relatório encontra-se inserida nas áreas de intervenção); dos dois fundos fiduciários da ONU Mulheres – um para a igualdade de gênero e outro para o fim da violência contra a mulher - e das demonstrações financeiras.

O presente artigo tem como objetivo tecer os contrapontos entre o que estes relatórios apresentam como empoderamento das mulheres e o empoderamento ao qual se referem as feministas como Cecília Sardenberg. Para tanto, serão analisadas as seções sobre parcerias para o empoderamento/parcerias estratégicas. Para o presente estudo, não serão observados os avanços feitos na área de intervenção direcionada ao empoderamento econômico, dado que sua limitação e seu escopo ficam evidentes desde seu título. Porém, na subdivisão que será analisada ao longo dos relatórios, embora não dedicada ao tema do empoderamento, é parte dos relatórios em que são feitas menções a seu respeito (em alguns casos, desde o título).

O relatório anual de 2010-2011 traz, no geral, panoramas mais gerais em detrimento de um maior volume de análises mais estabelecidas, por ser o primeiro relatório divulgado após a fundação da ONU Mulheres. Vale destacar de antemão que, em nenhum momento anterior ao tópico de parcerias da edição, intitulado "Construindo Parcerias Estratégicas"¹¹, ou mesmo em

¹⁰ Do original: "Priority Areas of Intervention".

¹¹ Do original: "Building Strategic Partnerships"

seu desenvolvimento, são apresentadas as definições de empoderamento, nem como a ONU Mulheres interpreta tal termo.

Neste primeiro relatório, o tópico introduz sobre o tema de parcerias estratégicas, trazendo informações acerca de quem seriam estes parceiros - governos; agências da ONU; organizações multilaterais; mulheres e grupos da sociedade civil; empresas do setor privado; uma rede de comitês e fundações internacionais - , quais seriam os objetivos da entidade com tais parcerias, citando mesmo que de maneira vaga, que seriam enriquecer e contribuir para as conquistas da ONU Mulheres e levar sua mensagem para o mundo e que tais parceiros ajudariam a guiar as atividades e implementar seus programas. Após a introdução, o relatório traz informações sobre 1) a crescente atuação das companhias privadas no avanço da igualdade de gênero como patrocinadoras, defensoras de padrões de igualdade de gênero e provedoras de empregos para as mulheres; do primeiro passo da ONU Mulheres para engajar no setor privado, no ambiente de trabalho, no mercado e na comunidade através do lançamento dos Princípios de Empoderamento das Mulheres: Igualdade Significa Negócios¹², um guia de sete princípios¹³ conduzido por práticas de negócios reunidos pelo mundo todo para abertura de novas oportunidades para as mulheres. São citadas parcerias entre o setor privado e a ONU Mulheres, e as redes de comitês nacionais abrangendo territórios em quatro continentes para arrecadação de fundos e conscientização sobre a importância de suportar as ações da ONU Mulheres; e 2) a atuação da então Embaixadora da Boa Vontade da ONU Mulheres, na tentativa de promover conscientização global a respeito da violência contra a mulher e os esforços feitos para findá-la em sua viagem ao Haiti, após o acontecimento do terremoto que devastou o país, para visitar o abrigo para mulheres sobreviventes da violência.

¹² Do original: “Women’s Empowerment Principles: Equality Means Business (WEPs)”.

¹³ Segundo a brochura do guia, disponível em seu *website* oficial, os Princípios de Empoderamento das Mulheres, lançados em 2010, trazem uma estrutura holística para que as empresas proporcionem igualdade de gênero e empoderamento das mulheres em seus ambientes de trabalho, mercados, comunidades e incitem resultados positivos para as sociedades e negócios, conduzido por padrões internacionais de Direitos Humanos e pautados na ideia de que companhias privadas tem responsabilidade e interesse na igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. A adoção de seus sete princípios (1) estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero; 2) tratamento justo entre homens e mulheres no trabalho; 3) garantir saúde, segurança, e bem-estar de todas mulheres e homens trabalhadores; 4) promover educação, treinamento e desenvolvimento profissional para mulheres; 5) implementar desenvolvimento empresarial, cadeia de suprimentos e práticas de marketing que empoderem mulheres; 6) promover igualdade através de iniciativas e ativismo comunitários; 7) medir e reportar publicamente o progresso para atingir a igualdade de gênero) representam poderosa plataforma para compartilhamento aprendizados sobre a relação de igualdade de gênero e resultados financeiros, como progredir na área e como acompanhar estes resultados. Ainda, os Princípios de Empoderamento sinalizaram consideráveis pontos de inflexão para muitas empresas.

Em 2011-2012, o tópico intitulado “Parceria para o Empoderamento”¹⁴ é inserido na seção de Áreas Prioritárias de Intervenção do relatório. Em sua introdução, a instituição retoma a ideia central de sua função no sistema ONU, de coordenar esforços para igualdade de gênero pela definição de padrões, implementação de programas de desenvolvimento conjuntos e de canalizar recursos, e para além do sistema ONU, de forjar parcerias estratégicas voltadas para o empoderamento feminino e que tais esforços agilizam o progresso através da rota mais eficaz para o desenvolvimento, que seria o investimento em mulheres e meninas.

O tópico é dividido em três frentes: 1) coordenação de iniciativas globais, que trata sobre o plano de ação (*system-wide Action Plan (SWAP)*) englobando todo o sistema ONU para a implementação da diretriz sobre igualdade de gênero do mais alto corpo executivo das Nações Unidas. Pela primeira vez, o plano de ação atribuiu mensuração do progresso para iniciativas relacionadas a gênero para todas as entidades das Nações Unidas, visando garantir maior coerência e responsabilização, a medição aconteceria por meio de um quadro de desempenho que contava com 15 indicadores de performance, as organizações do sistema, por sua vez teriam de adotar políticas para igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e garantir que os documentos de planejamento estratégico se comprometessem a atingir pelo menos um dos objetivos propostos; 2) Implementação de programas conjuntos da ONU, em que o relatório trata a respeito da liderança da ONU Mulheres, em conjunto com outras entidades das Nações Unidas, nas iniciativas tomadas em 45 países em grupos temáticos de gênero que ajudaram a coordenar as ações da ONU para apoiar o desenvolvimento nacional desses países. São dados exemplos de ações feitas por meio dos programas em dois países africanos, Etiópia e Tanzânia, em que no primeiro as entidades se uniram para dar suporte ao plano nacional de desenvolvimento, priorizando áreas consonantes com as Áreas Prioritárias de Intervenção da ONU Mulheres, como educação, empoderamento econômico e medidas para cercar a violência pautada em gênero. São destacados como resultados o treinamento de milhares de mulheres em desenvolvimento empresarial e habilidades de gestão e outras milhares tiveram expansão de crédito e serviços de poupança para que as mulheres começassem ou expandissem seus próprios negócios. No segundo, usam o exemplo da Tanzânia para falar do grupo de países em que os escritórios nacionais da ONU foram responsáveis pelo lançamento do primeiro plano de desenvolvimento comum das Nações Unidas, em que igualdade de gênero era ponto-chave para o plano, tendo sido estabelecidos resultados atividades e resultados específicos voltados para as mulheres e que tornou a alocação de parte dos fundos dependente de demonstração de

¹⁴ Do original: “Partnership for Empowerment”

resultados em prol da equidade de gênero. Ademais, é tratado sobre a campanha global do Secretário-geral da ONU para eliminar a violência contra a mulher (UNiTE), voltada para aumentar a conscientização, pressão e recursos políticos e para a defesa da causa, que em 2012 havia atingido a marca recorde de mais de cinco milhões de ações ao redor do globo em prol da causa, o que garantiu nomeação para o prêmio de Excelência Global em Comunicação¹⁵ pela fundação Avon; e, 3) Expansão de alianças, citando a parceria da ONU Mulheres para além do sistema ONU, com a *Rockefeller Foundation*¹⁶, em que ambas instituições atuaram em parceria para que as vozes das mulheres de base fossem levadas à Rio+20, Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável através de uma pesquisa global e participação da sociedade civil. Além disso, são retomados os temas a respeito das redes de comitês nacionais e como estas tem continuado a angariar recursos e conscientizar pessoas em quatro continentes, e, sobre os Princípios de Empoderamento das Mulheres, em que a ONU Mulheres continuava a liderar os casos de negócios para a igualdade de gênero e empoderamento feminino, em que durante o período relatado outros dois países aderiram às suas diretrizes.

Na edição de 2012-2013, a seção “Coordenação e Parceria para Mudanças”¹⁷ é dividida em quatro sub-seções: 1) Coordenação das Nações Unidas, em que retomam as ações da campanha UNiTE, tratando sobre a Rede da Juventude, formada em 2012 sob a campanha global da UNiTe em que membros da rede se abrem, trocam experiências e dão exemplos de prevenção à violência. Ainda, dentro do escopo da UNiTE, falam a respeito do Dia Laranja para o fim da violência em Sarajevo, em que líderes religiosos enfatizaram que nenhuma fé tolera a violência contra mulheres. E, o ativismo da campanha para persuadir parlamentares de ilhas do Pacífico para o fortalecimento de leis e sistema de justiça sobre o tema. Para além da campanha, foram resgatadas as ações conjuntas de diversas entidades da ONU com a ONU Mulheres para a implementação de programas de igualdade de gênero, é mencionado o caso da Bolívia em que a ação conjunta treinou mais de quatro mil mulheres indígenas empreendedoras em competências técnicas e de gestão e mais de cinco mil conseguiram capital inicial para seus empreendimentos. Ainda há nessa seção *status* referente a atuação da ONU Mulheres no SWAP. Por fim, há um parágrafo dedicado ao co-patrocínio da ONU Mulheres ao UNAIDS para apoiar o esforço global para prover escolas para todas as crianças e melhorar a qualidade da educação; e outro parágrafo sobre a orientação da ONU Mulheres ao Conselho

¹⁵ Do original: “Global Excelente in Communications Award”.

¹⁶ A Fundação Rockefeller trata-se de uma instituição filantrópica estadunidense com escritórios em 6 localidades em redor do globo que tem como foco de atuação em erradicar a pobreza energética, conquistar saúde para todos, nutrir todo o mundo e expandir as oportunidades econômicas.

¹⁷ Do original: “Coordinating and Partnering for Change”.

Administrativo da ONU-Habitat¹⁸ para a adoção de resoluções pautadas em equidade de gênero e empoderamento das mulheres como chaves para o desenvolvimento urbano sustentável; 2) Setor privado e fundações tratam sobre três sub-temas, o primeiro trata sobre a música “*One Woman*”, que celebrava atos diários de coragem e determinação ao mesmo tempo que pedindo por mudanças e que, teve parceria da ONU Mulheres com a Microsoft para patrocinar e auxiliar a disseminação da música por suas redes. O segundo trata de parcerias corporativas com a *The Coca-Cola Company* e a *The Loomba Foundation* em que a primeira visava a diminuição de barreiras para mulheres empreendedoras para empoderar 5 milhões de mulheres até 2020 treinando mulheres nas áreas de liderança e habilidades de negócios e a segunda auxiliou a organização a empoderar viúvas. E o terceiro retoma os Princípios de Empoderamento das Mulheres e o aumento de países que têm suas próprias versões do guia; 3) Sociedade Civil em que mencionam a institucionalização, em 2012 da relação entre a ONU Mulheres e a sociedade civil através do estabelecimento o Grupo Consultivo Global da Sociedade Civil¹⁹, que atuaram por meio de grupos regionais, sub-regionais ou até mesmo nacionais; e 4) Comitês Nacionais retomam o assunto dos comitês, voltados conscientização e recursos para a organização, conforme já abordado em outros relatórios e são feitas menções aos comitês alemão e finlandês e as campanhas lançadas no período analisado no relatório.

No relatório subsequente, de 2013-2014, em “Forjando Parcerias para a Mudança”²⁰ são apresentados três sub-temas 1) Negócios e fundações, em que são descritas campanhas publicitárias de conscientização e parcerias com companhias privadas. Sobre as campanhas, são mencionadas duas, a primeira tendo sido desenvolvida entre a ONU Mulheres e a *Memac Ogilvy & Mather Dubai* em que criaram uma campanha com o objetivo de trazer à tona algumas das raízes da desigualdade de gênero através da exibição de grades retratos de mulheres parcialmente cobertos com a imagem de mecanismos de busca online com as sugestões de buscas mais frequentes relacionadas à frase digitada, como por exemplo “mulheres precisam...” e abaixo sugestões como “calar a boca; ser colocadas em seus lugares;”. A segunda campanha é *ElesPorElas*²¹, feita pela ONU Mulheres em conjunto com a *Publicis Dallas*, desenvolvida com o objetivo de atrair homens ao redor do mundo para seguir o exemplo de outros líderes e se pronunciarem a respeito do fim da desigualdade de gênero. No tocante das parcerias, é retomado o tema já mencionado no relatório anterior com a *The Coca-Cola*

¹⁸ Do original: “UN-Habitat’s Governing Council”

¹⁹ Do original: “Global Civil Society Advisory Group”

²⁰ Do original: “Forging Partnerships for Change”

²¹ Do original: “HeForShe”

Company voltada para o empoderamento de mulheres empreendedoras em três regiões diferentes, na edição analisada mencionam o caso da África do Sul em que pequenas empreendedoras, em sua maioria ligadas às cadeias de distribuição da Coca-Cola teriam aprendido novas técnicas de negócios. A *Zonta International and the Zonta International Foundation* tem parceria com a ONU Mulheres voltada para o fim da violência contra as mulheres. Sobre a parceria, são mencionados os resultados obtidos, como maior segurança para as mulheres em ambientes urbanos, extensão do suporte às sobreviventes da violência e a participação de homens e meninos na prevenção e ampliação do conhecimento do que pode ser feito para que a violência seja evitada. Ainda mencionam a parceria com a Fundação para Auto-Valorização das Mulheres (-"Women 's Self Worth Foundation"-) para apoiar o empoderamento e a defesa para prevenção à violência contra a mulher. Por fim, dentro da subseção mencionam a expansão das empresas signatárias do guia de Princípios de Empoderamento das Mulheres; 2) No sub-tópico sobre sociedade civil, novamente é reforçado o ponto de que a ONU Mulheres tem parceria com algumas organizações da sociedade civil e tem uma rede que conta com mais de 30 grupos consultivos da sociedade civil em graus que variam do nacional ao global, e que dessa maneira, teriam conseguido em aumentar significativamente a visibilidade destes grupos em processos intergovernamentais e que tem até mesmo promovido a reunião entre os dois grupos. O exemplo dado é de que os Estados Membros foram responsáveis por apontar representantes da sociedade civil para as delegações nacionais para a Comissão da ONU o Status das Mulheres (CSW), que resultou na inclusão de civis em 43 delegações. Dessa forma, a ONU Mulheres alega ter ajudado a garantir a participação de mulheres e meninas indígenas, dentre um dos grupos mais marginalizados na CSW; 3) Novamente, são contextualizados sobre o que se tratam os Comitês Nacionais e seu papel na angariação de fundos para a ONU Mulheres, além disso são mencionados o novo comitê francês, o aumento das contribuições advindas do comitê islandês, o evento do comitê nacional estadunidense na CSW a respeito das lacunas de gênero na ciência e tecnologia, bem como a premiação dada pelo comitê neozelandês em reconhecimento a companhias progredindo nos Princípios de Empoderamento das Mulheres.

No na última edição analisada, de 2014-2015, o tema de parcerias para o empoderamento ou parcerias estratégicas é apresentado dentro de dois temas complementares no índice do Relatório Anual "Mobilizando parcerias para acelerar o progresso..."²² e "...e

²² Do original: "Mobilizing partnerships to accelerate progress..."

apoiando o apelo para a mudança”²³. O tema é apresentado em 5 partes: 1) sobre a Coordenação da ONU foram apresentados dois casos de atuação conjunta da ONU Mulheres com outras entidades. No Cazaquistão houve o caso da mudança de comportamento no atendimento de policiais aos casos de violência doméstica. Tais mudanças foram resultados da união da ONU Mulheres em parcerias de alto-impacto com outras organizações do sistema ONU, com autoridades nacionais, grupos da sociedade civil e defensores das mulheres, para a intensificação das leis contra violência doméstica. As mudanças aconteceram no que tange também a expansão da definição de relações domésticas, aumento do tempo das medidas protetivas e ampliou a atuação dos governos locais no fortalecimento do serviço público. Além disso, a ONU Mulheres, junto com outras agências estariam implementando novas provisões para a melhoria dos serviços de saúde, fazendo campanhas contra o casamento precoce e iriam conduzir uma pesquisa a nível nacional para entender a prevalência de várias formas de violência de gênero. No Malawi houve a ação da ONU Mulheres de reunir o time nacional da ONU para a promoção de defesa conjunta que contribuiu para a aprovação da lei sobre casamento, divórcio e relações familiares de 2015, que estipulava como 18 anos a idade mínima para o casamento. Ainda, uma segunda lei visava o combate de do tráfico humano. Ainda, reportam que no terceiro ano o plano de ação para todo o sistema ONU (SWAP), foi apurado que 60% das organizações internas da ONU teriam políticas de gênero; 2) Comitês Nacionais: comentam acerca do então recém criado comitê francês, que teria desenvolvido coma sociedade civil e o setor privado, conseguindo mais de 80 novos promotores dos Princípios de Empoderamento das Mulheres, e, sobre o comitê finlandês, que era promovido, em conjunto com artistas e comediantes locais, shows em prol dos programas da ONU Mulheres; 3) Sociedade Civil - Trazem informações sobre a Beijing+20 que ocorreu durante a CWS, em que a atuação da ONU Mulheres na promoção de suporte à participação de representantes da sociedade civil teria sido vital. A ONU Mulheres ainda apoiou pesquisas feitas por civis que destacaram as realidades atuais das mulheres e moldaram análises regionais. Além disso, a ONU Mulheres fechou parceria com a *MenEngage Alliance* para levar homens a um processo de verificação de poder e privilégio masculinos e explorarem o que é necessário para que as relações de gênero sejam alteradas; 4) Dentre as Campanhas, foram mencionadas a campanha do UNiTe em ação que as pessoas em 70 países se vestiram na cor laranja para chamar a atenção para acabar com a violência contra a mulher e a distribuição da adesivos durante a copa do mundo da FIFA com mensagem de que “o valente não é violento” para atrair a atenção e

²³ Do original: “...and championing the call for change”

promover o fim da violência contra a mulher. Outra campanha mencionada, foi a ElesPorElas, em que a nova Embaixadora da Boa-Vontade da ONU Mulheres, Emma Watson lançou a campanha, voltada para o engajamento de homens e meninos para o avanço da igualdade de gênero e, ademais, no início de 2015, no Fórum Econômico Mundial o projeto Impacto 10x10x10²⁴, que tinha como objetivo engajar governos, empresas e universidades como atores para enfrentar a desigualdade de gênero, usando seus poderes e influência em prol da mudança;

5) Setor Privado, nesta parte, fala-se sobre como as parcerias com o setor privado foram responsáveis pelo alcance massivo da publicidade relacionada a assuntos relacionados a ONU Mulheres, as conquistas femininas e pedindo por igualdade de gênero. Dentre os exemplos, são citados os vídeos distribuídos de maneira gratuita em telas nas corridas da NASCAR e em jogos da Liga Nacional de Futebol. Ainda, no Dia Internacional da Mulher, as telas da NASDAQ (mercado de ações estadunidense) e da Reuters (agência de notícias) na Times Square em Nova Iorque traziam mensagens sobre um mundo sem desigualdade de gênero e provocavam as pessoas a pensarem em como findá-la. Ainda, trazem as iniciativas da campanha *UNHATE* (não-ódio) da *Benetton Foundation* e o aumento das companhias que assinam o guia de Princípios de Empoderamento das Mulheres.

A respeito dos relatórios, há alguns pontos de atenção. O primeiro deles, é a ausência, ao longo dos cinco relatórios analisados de qualquer tipo de definição por parte da ONU Mulheres do que está sendo interpretado como igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Uma vez que não há tal definição, há margens para que a interpretação seja moldada de acordo com a pretensão de cada leitor e o contato teórico que se tem com o tema.

Dentre os pontos elencados nos relatórios em ações com parceiros estratégicos para o empoderamento, percebe-se que o posicionamento da ONU Mulheres frente ao tema e a maneira que o insere no contexto de parcerias remonta às preocupações de Cecília Sardenberg, quando em sua obra ela aponta a vulgarização acerca do termo “empoderamento”, que por conta disso estaria ganhando novos significados. E, assim como apontado pela autora, as organizações internacionais e órgãos governamentais, como é o caso da ONU Mulheres, tendem a ter uma interpretação neoliberal a respeito do tema, conflitando com a perspectiva feminista. Tal fato

²⁴ Segundo o *website* da campanha ElesPorElas: o projeto-piloto "IMPACTO 10x10x10" foi iniciado para garantir que ElesPorElas (HeForShe) influencie mudanças duradouras em três setores principais na fase de implementação da iniciativa: governo, setor privado e o público jovem. A ser concluído em setembro de 2015, o IMPACTO 10x10x10 promove o envolvimento de um grupo de 10 Chefes de Estado, 10 CEOs e 10 Reitores de Universidades. Individualmente, cada um dos grupos irá identificar as abordagens mais adequadas para enfrentar a desigualdade de gênero em "seu" setor, e irá testar a eficácia dessas intervenções para reprodução em escala. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_universidades.pdf>. Acesso em: 17 Jun. 2021.

pode ser verificado pelo que pode se inferir dos relatórios observados, e pelo que propõe Sardenberg quando explica que, para entidades como a ONU Mulheres, o empoderamento das mulheres não é um fim em si mesmo, mas apenas mais um dos instrumentos para que seja feita a promoção de outro ideal, como a democracia, o fim da pobreza e até o desenvolvimento dos países. Enquanto sob a perspectiva feminista, a ideia de empoderamento é caracterizada por ser “um instrumento/meio e um fim em si próprio” (SARDENBERG, 2006, p.2), é um processo pelo qual se conquista a autonomia, que se põe fim a opressão patriarcal.

Ainda, a noção de empoderamento proposta pela ONU Mulheres por sua vez, poderia ser explicada pelo que Andrea Cornwall define em sua obra como “Empoderamento Light”.

As narrativas de empoderamento que ganharam destaque nas falas das principais instituições e corporações internacionais de desenvolvimento, exaltando seu desejo de capacitar as mulheres a realizarem seu “potencial,” nos oferecem o empoderamento light, uma versão de empoderamento destituída de qualquer confrontação com as relações sociais e de poder subjacentes que produzem iniquidades sociais e materiais. (CORNWALL, 2018, p.3).

Ainda, resgatando a interpretação de Sardenberg a respeito das ideias de Sarah Mosedale, tem-se como ponto de convergência, independentemente da vertente feminista a que se tenha maior identificação, de que o processo de empoderamento trata-se de um movimento auto-reflexivo, inviabilizando, portanto, a ideia da ONU Mulheres de que suas ações, em parceria com governos, instituições privadas, demais órgãos das Nações Unidas, dentre outros, possam ser os agentes dessa mudança. Complementar a isso, temos a ideia de Cornwall de que, para a autora, a ideia de que algo ou alguém possa empoderar as mulheres, ou seja, de que as mulheres possam ser empoderadas, acarreta na ideia de que o poder possa ser transmitido.

Sobre o processo de empoderamento, o que poderia ser concebível nesse caso, seria a promoção de um cenário favorável para que as mulheres ao redor do globo pudessem empoderar a si mesmas. Ainda assim, vale a ressalva de que o processo de empoderamento para a perspectiva feminista dê ênfase a necessidade de ações coletivas para tanto, visto que a sociedade só se vê sujeita a mudar quando há muitas mulheres demandando tais mudanças.

Ademais, vale ressaltar, portanto, que o empoderamento efetivo das mulheres implicaria na transformação das estruturas de subordinação que essas mulheres outrora estivessem submetidas, provocando mudanças em direitos, legislação ou quaisquer outras instituições que reforcem o cenário de dominação masculina e patriarcal (SARDENBERG, 2006; SEN; GROWN, 1985).

Considerações Finais

Ao analisar a historiografia do movimento feminista e suas lutas frente à desigualdade de gênero, pode-se dizer que as mulheres estão, ainda, em um lugar de opressão, inseridas no contexto de sociedades patriarcais, nas quais os homens são detentores do poder e centralizadores das tomadas de decisão. Contudo, no que concerne à análise das propostas e as iniciativas da ONU Mulheres para o empoderamento das mulheres e meninas, verifica-se que estão aquém do movimento necessário para produzir mudanças substanciais de maneira duradoura.

Ao mesmo tempo que a ONU Mulheres atua sob o pretexto de promover o empoderamento e a equidade de gênero, suas medidas continuam inseridas na lógica liberal-democrática capitalista. O que se observa então, é a manutenção indireta da ordem, fator relevante para os principais financiadores da ONU Mulheres, países capitalistas de aspiração liberal de maior ou menor grau. Assim, enquanto as estruturas de dominação se mantiverem intactas, a luta das mulheres pela equidade ainda enfrentará diversas barreiras estruturais.

Ademais, vale retomar o fato de que as teorias feministas foram e são elaboradas sob a concepção de que as mulheres são protagonistas e agentes de mudança de suas próprias vidas e de que o empoderamento das mulheres é um fim em si mesmo. Assim, acatar a ideia de elevar a ONU Mulheres ao patamar de protagonista dessa luta, ainda mais para além do âmbito nacional, seria inviabilizar o ideal de empoderamento e de luta feminista pela equidade.

Apesar de todos esses fatos, é importante ressaltar que a descrença no fator da mudança não é o caminho para transformar as realidades atuais. Não se deve abrir mão da luta em prol da equidade unicamente pelo fato da improbabilidade do rompimento da ordem atual vigente. Deve-se eleger, sem titubear, a luta a favor das mulheres, entendendo que elas são sujeitos políticos heterogêneos e que os diferentes contextos de subordinação em que estão inseridas para além da perspectiva de gênero, em que se faz necessário considerar também as características como classe, raça, sexualidade, entre outros, que devem ser considerados e respeitados.

Referências Bibliográficas

ADELMAN, M. **A voz e a escuta**: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. Florianópolis: Blucher Acadêmico, 2009.

AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

ÁLVARES, Cláudia. Feminismo e Representação Discursiva do Feminino: A Presença do Outro na Teoria e na Prática. *In*: Congresso SOPCOM, 4., 2005, p. 947-956. Disponível em: <<http://bocc.ufp.pt/pag/alvares-claudia-feminismo-representacao-discursiva-feminino.pdf>>. Acesso em 10 Jun. 2021.

ALVAREZ, Sônia E. **Engendering democracy in Brasil**: women's movements in transition politics. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ALVAREZ, Sônia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014 .

ASSOCIAÇÃO MULHERES PELA PAZ. Do Planeta Fêmea à Cúpula dos Povos. Disponível em: <<https://mulherespaz.org.br/do-planeta-femea-a-cupula-dos-povos-2/>>. Acesso em 05 Jun. 2021.

BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. *In*: SEN, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln C. (eds.). **Population policies reconsidered**: health, empowerment and rights. Boston: Harvard University Press, 1994, pp.127-138.

CABRAL, Maria W.; MACEDO, Luiza S. L. Os feminismos como (des)construção dos Direitos Humanos: a importância de filósofas modernas na resistência ao Iluminismo misógino. **Fronteiras & Debates**, Amapá, vol. 7, nº 2 (jul./dez., 2020). 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/6120>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

CESARES, Aurélio Martins. **Antropología del género**: culturas, mitos y estereotipos sexuales. Valência: Universitat de Valência, 2006.

CORNWALL, Andrea. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos Pagu** [online]. 2018, n. 52. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201800520002>>. Acesso em 31 Jun. 2021.

COSTA, A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Labrys, Estudos Feministas**, Brasília, v. 7, p. 09-36, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *Forum Legal da Universidade de Chicago*, Chicago, vol. 1989, nº 1, p.139-167.

FEMINISMO. *In*: Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2010. Disponível em: <<https://editorapositivoaurelio.page.link/?ibi=br%2Ecom%2Eeditorapositivo%2EAurelio&ius=editorapositivoaurelio%2Epage%2Elink&apn=br%2Ecom%2Eeditorapositivo%2EAurelio>>

&link=https%3A%2F%2Feditorapositivoaurelio%2Epage%2Elink%2Fentry%2F61571>. Acesso em 10 Abr. 2021.

FIGUEIREDO, Patrícia S.; MARTINS, Valéria S.; O Feminismo Interseccional na articulação do saber acadêmico e da ação política: reflexões a partir da experiência de um coletivo feminista. **ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, Bahia, vol. 5, nº 10 (jul./dez., 2020). 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6780>. Acesso em 30 Mai. 2021.

GADELHA, Kaciano Barbosa. Virtualização do corpo e sexualidades online: encontros gay, gênero e performatividade. 2014. 232f. Tese (doutorado) - Sozialwissenschaften der Freien Universität Berlin, Berlin, 2014.

GEMELLI, Marcella C. "United Nations Decade for Women". Encyclopedia Britannica, 29 Jan. 2018. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/United-Nations-Decade-for-Women>. Acesso em 03 Mar. 2021.

GEMELLI, Marcella C. "United Nations Development Fund for Women". Encyclopedia Britannica, 28 Abr. 2017. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/United-Nations-Development-Fund-for-Women.> Acesso em 03 Mar. 2021.

HEILBORN, M. L. Usos e desusos do conceito de gênero. **Cult**, n. 219, Dossiê A Quarta Onda do Feminismo, dez./2016.

HEMMINGS, C. Contanto estórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.17, v. 1, p. 215-241, 2009.

LEAL, Halina. Feminismo Negro. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, Campinas, vol. 6, nº 3, pp. 16-23. 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2020/03/PDF-Feminismo-Negro.pdf>. Acesso em: 12 Jun. 2021.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A esquerda brasileira exilada e o feminismo: a atuação política das brasileiras no Chile e na França (1968-1979). **Projeto História**, São Paulo, n. 52, pp. 112-139, Ago. 2015

MATOS, Marlize. Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. Encontro Anual da ANPOCS, 2014. Anais... Caxambu, 2014.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Sílvia H.; Metodologias Feministas e Estudo de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, Maringá, vol. 11, nº 3, p. 647-654, (set./dez., 2006). 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/NGxfrm9MK4wBdpJ7twQzvfYM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 08 Jun. 2021.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Rev. Psicologia & Sociedade**, v.13, n.1, p.107-128, 2001.

ONU Mulheres. #ElesPorElas. 2015. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_universidades.pdf>. Acesso em 17 Jun. 2021.

ONU Mulheres. Sobre a ONU Mulheres. 2011. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em 05 Mar. 2021.

OSBORNE, Raquel. **Apuntes sobre la violencia de género**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2009.

Organização das Nações Unidas (ONU). Carta das Nações Unidas. 1945. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/66716-carta-das-nacoes-unidas>>. Acesso em 05 abr. 2021.

PEREZ, Olívia C., RICOLDI, Arlene M. A Quarta Onda Feminista: Interseccional, Digital e Coletiva. *In*: Congresso Latino-americano do Ciência Política (ALACIP), 10., 2019, Monterrey. Anais eletrônicos. Disponível em: <<https://alacip.org/?todasponencias=a-quarta-onda-feminista-interseccional>>. Acesso em 25 Mar. 2021.

PINTO, Céli Regina J. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

PIOVESAN, Flávia. A Constituição Brasileira de 1988 e os Tratados Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos. *In*: CEPIA (Org.). *As mulheres e os Direitos Humanos – Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero*, Rio de Janeiro: CEPIA, p. 9-27, 2001.

RIBEIRO, D.; NOGUEIRA, C.; MAGALHÃES, S. I. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**, Bahia, vol. 1, nº 3, p. 57–76, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/780>. Acesso em 23 Mai. 2021.

ROCKEFELLER FOUNDATION. About Us: our history. Disponível em: <<https://www.rockefellerfoundation.org/about-us/our-history/>>. Acesso em: 12 Jun. 2021.

ROCKEFELLER FOUNDATION. About Us: offices. Disponível em: <<https://www.rockefellerfoundation.org/about-us/offices/>>. Acesso em: 12 Jun. 2021.

SANTOS, M. G. Os feminismos e suas ondas. **Cult**, n. 219, Dossiê A Quarta Onda do Feminismo, dez./2016.

SARDENBERG, Cecília. Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista.: Seminário Internacional Trilhas do Empoderamento de Mulheres - Projeto TEMPO, 1., 2006,

p. 1-12. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>> Acesso em: 21 de Mai. 2021.

SAU, Victoria. **Diccionario Ideológico Feminista**: volumen I. Barcelona: Icaria, 1981.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade, gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Rev. Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.26, n. spe, p.14-24, 2014.

SOLEE, Kristen. 6 Things To Know About 4th Wave Feminism, 30/10/2015. Disponível em<<https://www.bustle.com/articles/119524-6-things-to-know-about-4th-wave-feminism>>. Acesso em 07 Jun. 2021.

TAVARES, Manuela; MAGALHÃES, Maria José. Correntes do Feminismo e suas Reconfigurações nos Tempos Atuais. *In*: FERREIRA, Maria Eduarda; VENTURA, Isabel; REGO, Luisa; TAVARES, Manuela; ALMEIDA, Maria Antônia P. (Orgs). **Percursos Feministas**: desafiar os tempos. Porto: UMAR, 2014, p. 92-117.

United Nations Organization (UN). A/RES/48/104. 1994. Disponível em: <<https://daccess-ods.un.org/TMP/8987244.36759949.html>>. Acesso em 22 Abr. 2021.

UN. Policy and Programme Work on International Migration by the United Nations Development Fund for Women (Unifem). Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/unpd-cm7-2008-11_p06_unifem.pdf>. Acesso em 05 Mar. 2021.

UN WOMEN. *Annual Report 2010-2011 un women: united nations entity for gender equality and the empowerment of women*. Disponível em: <http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2011/8/unwomen_annualreport_2010-2011_en-pdf.pdf?la=en>. Acesso em: 24 Abr. 2021.

UN WOMEN. *Annual Report 2011-2012 un women: united nations entity for gender equality and the empowerment of women*. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2012/un-women-ar-2012-pdf.pdf?la=en&vs=1503>>. Acesso em: 24 Abr. 2021.

UN WOMEN. *Annual Report 2012-2013 un women: united nations entity for gender equality and the empowerment of women*. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2012/un-women-ar-2012-pdf.pdf?la=en&vs=1503>>. Acesso em: 24 Abr. 2021.

UN WOMEN. *Annual Report 2013-2014 un women: united nations entity for gender equality and the empowerment of women*. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2012/un-women-ar-2012-pdf.pdf?la=en&vs=1503>>. Acesso em: 24 Abr. 2021.

UN WOMEN. *Annual Repport 2014-2015 un women: united nations entity for gender equality and the empowerment of women*. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2012/un-women-ar-2012-pdf.pdf?la=en&vs=1503>>. Acesso em: 24 Abr. 2021.

UN WOMEN. Commission on the Status of Women. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/csw>>. Acesso em 03 Mar. 2021.

VARELA, Nuria. *Feminismo para Principiantes*. Barcelona: Ediciones B, S. A., 2008.

WEPS. Women's Empowerment Principles: about. Disponível em: <<https://www.weps.org/about>>. Acesso em 13 Jul. 2021.

WEPS. Women's Empowerment Principles: equality means business. Disponível em: <https://www.weps.org/sites/default/files/2021-05/WEPS_BROCHURE.pdf>. Acesso em 13 Jul. 2021.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: *Mulheres na Filosofia*, Campinas, vol. 7, nº 2, pp. 10-31. 2021. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>>. Acesso em: 22 Mai. 2021.